

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 338.710 - RS
(2013/0137684-5)**

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
EMBARGANTE : DEPARTAMENTO AUTONOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM
PROCURADOR : JULIANA RIEGEL BERTOLUCCI E OUTRO(S) - RS069436
EMBARGADO : ARNALDO AIMI E OUTROS
ADVOGADOS : CRISTIANO ROESLER BARUFALDI E OUTRO(S) - RS055179
CAMILA QUADROS OLIVEIRA - RS078854

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de embargos de declaração opostos por Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem contra decisão que determinou o sobrestamento do feito até o julgamento da proposta de revisão de tese repetitiva afetada no âmbito da PET 12344/DF (e-STJ, fls. 2.531-2.532).

Em suas razões, a parte embargante sustenta ter a decisão impugnada incorrido em omissão, na medida em que não enfrentou a similitude entre o objeto do recurso e as teses em revisão. Afirma não se tratar, neste feito, de qualquer das hipóteses discutidas pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 2332, mas, apenas, quanto à possibilidade de inclusão de juros compensatórios após a expedição de precatórios (e-STJ, fls. 2.537-2.542).

Os embargados sustentam o descabimento dos aclaratórios à hipótese e a similitude das causas (e-STJ, fls. 2.546-2.548).

Processo com prioridade legal (art. 12, § 2º, VII, do CPC/2015, combinado com a Meta 2/CNJ).

É o relatório.

Inicialmente, conheço dos presentes aclaratórios na forma do art. 1.037, § 9º, e seguintes, do CPC/2015.

Assiste razão ao embargante.

De fato, toda a argumentação recursal dos ora embargados (e-STJ, fls. 2.362-2.387) diz respeito à impossibilidade de exclusão dos juros compensatórios por ocasião de atualização dos precatórios, em virtude de conta anteriormente homologada e, portanto, da ocorrência da coisa julgada.

Sustentam os agravantes tratar-se de alteração de critérios de cálculo e não mera correção de conta.

A hipótese não se confunde com qualquer dos temas sujeitos à eventual revisão no âmbito da PET 12.344/DF, sendo devido o prosseguimento da tramitação do presente feito.

Ante o exposto, acolho os embargos de declaração para reconhecer a distinção do caso em tela com as hipóteses discutidas na PET 12.344/DF, tornando sem efeito a decisão que determinou o sobrestamento do recurso.

Após, retornem-me os autos conclusos para novo exame do apelo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 05 de fevereiro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator

